



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

27/04/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Mercado eleva estimativa de inflação para 7,65% em 2022, mostra Focus

Após um mês sem divulgação da pesquisa Focus, as projeções de economistas para a inflação deste ano aumentaram com força, segundo o boletim divulgado pelo Banco Central nesta terça-feira (26).

O levantamento apontou que as expectativas para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) subiram para 7,65% em 2022, saindo de 6,86% no fim de março.

No último boletim publicado pelo BC, há cerca de um mês, a projeção para o IPCA de 2022 completava 11 semanas de altas consecutivas no ano, considerando o impacto da guerra na Ucrânia sobre os preços de commodities. No início de janeiro, a estimativa para a inflação era de 5,03%.

Já a expectativa dos economistas para o patamar da taxa básica de juros (Selic) ao fim deste ano é de 13,25%, ante taxa de 13% estimada em março. A conta para 2023, por sua vez, se manteve estável em 9%, como na última leitura que havia sido divulgada.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de abril.

Custo de subsídios dispara e pode elevar em até 4,6% a conta de luz

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou nesta terça-feira (26) um orçamento de R\$ 32,1 bilhões para financiar subsídios cobrados na conta de luz dos brasileiros. O valor é 34% superior ao vigente em 2021 e pode representar alta de até 5% na conta de luz.

A alta na conta dos subsídios reflete medidas apoiadas pelo governo, como a prorrogação dos benefícios à geração distribuída de energia por fontes renováveis, cuja extinção chegou a ser debatida em 2019 mas foi desautorizada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Do total orçado, o consumidor vai pagar R\$ 30,2 bilhões, alta de 54,8% em relação a 2021. Pelas contas da Aneel, o valor previsto representa um impacto de 4,65% nas tarifas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No Norte no Nordeste, o impacto é de 2,41%. Na média nacional, são 3,39%.

Na reunião desta terça, a diretoria da Aneel demonstrou preocupação com o impacto dessa mudança nas tarifas. "Algumas dessas fontes não precisam mais de subsídios, como é o caso da eólica, mas o impacto desse subsídio ainda é muito significativo", disse o diretor Hέλvio Guerra.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de abril.

Carestia, desemprego e empobrecimento aumentam casos de depressão no país

O governo Bolsonaro, com políticas que levaram ao empobrecimento da população e ao agravamento da pandemia de covid-19, está entre as causas do aumento de casos de depressão no país. A avaliação é de Fernanda Lou Sans Magano, presidenta do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (Sinpsi). Levantamento do Ministério da Saúde divulgado na última semana mostra que 11,3% dos brasileiros adultos disseram ter tido diagnóstico médico da doença, um número muito acima da média da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontada para o Brasil, que é de 5,3%. O dado se refere ao levantamento feito em 2021.

"A depressão está aumentando por causa da pandemia, mas também por causa da situação de carestia que o país está enfrentando. O empobrecimento da população, o desemprego, a precarização, que vai tirando a segurança. Tudo isso somado às condições de trabalho no isolamento, e à situação daqueles que não puderam fazer isolamento, todas essas coisas influenciaram nas alterações de humor. Tivemos referências a quadros depressivos e também a síndromes do pânico, de transtornos do humor", disse a dirigente à RBA.

A prevalência de entrevistados diagnosticados com depressão foi maior em Porto Alegre (17,5%) e menor em Belém (7,2%). As mulheres foram as que mais relataram os casos, em todas as faixas etárias. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), de 2019, registrou que 10% da população tinha diagnóstico médico de depressão.

De acordo com a Associação Brasileira de Psiquiatria, o Brasil lidera o ranking de casos de depressão na América Latina, com cerca de 11,5 milhões de pessoas com o diagnóstico. O quadro está entre as principais causas de suicídio.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 27 de abril.

INSS terá que reanalisar pedido sobre aposentadoria atrasada

Ainda que a revisão dos seus próprios atos seja uma prerrogativa da Administração Pública, isso não pode ocorrer de modo arbitrário ou sem observância das normas regulamentares.

Assim, a 1ª Vara Federal Cível e Criminal de Montes Claros (MG) condenou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a analisar novamente um pedido administrativo de pagamento de valores atrasados de aposentadoria sem questionar o direito da autora, reconhecido anteriormente.

Por meio de recurso administrativo na 2ª Câmara de Julgamento (CAJ) do Conselho de Recursos do Seguro Social (CRSS), a mulher havia conseguido aposentadoria por tempo de contribuição, com início em 2017. Após sua implantação, ela pediu o pagamento de parcelas em atraso, de 2017 a 2020, mas a solicitação foi negada, com o fundamento de inconsistências no ato de concessão.

O juiz Wilson Medeiros Pereira lembrou que o Supremo Tribunal Federal já estabeleceu (RE 594.296) que "o desfazimento de atos administrativos, dos quais já decorreram efeitos concretos para os administrados, no exercício da autotutela administrativa, deve ser precedido de regular processo administrativo, no qual sejam garantidos contraditório e ampla defesa".

No caso concreto, já havia ocorrido a preclusão da decisão administrativa e, portanto, só caberia a revisão do acórdão. De acordo com o magistrado, seria ilegal a reapreciação do mérito da decisão da 2ª CAJ "acobertada pela preclusão".

Assim, foi determinado que o INSS profira nova decisão em consonância com o acórdão anterior, sem reapreciação do mérito "para fins de impedir o pagamento em favor da impetrante das parcelas a ela devidas em decorrência de inconsistências na concessão".

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 27 de abril.

Sem investimentos, Brasil perde terreno para outros emergentes

O preço da gasolina nos postos brasileiros subiu pela terceira semana seguida e atingiu novo recorde desde que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) passou a divulgar sua pesquisa semanal de preços, em 2004.

Segundo a agência, o preço médio do combustível ficou em R\$ 7,270 por litro na semana passada, alta de 0,7% em relação à semana anterior. O valor é superior ao pico de R\$ 7,267 verificado duas semanas após o mega-aumento nas refinarias promovido pela Petrobras em março.

A alta acompanha escalada da cotação do etanol anidro, que representa 27% da mistura vendida nos postos. Apenas em abril, o preço do biocombustível nas usinas de São Paulo subiu 12%, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP.

O etanol hidratado segue o mesmo caminho: na semana passada, o preço médio do combustível nos postos brasileiros chegou a R\$ 5,496 por litro, alta de 4,8% em relação à semana anterior. Nas usinas, o produto também acumula alta de 12% em um mês.

A escalada dos preços do etanol é provocada pelo aumento da demanda em um período ainda de entressafra. Os usineiros projetavam recuo com o início da colheita este mês, mas ainda não houve mudança de tendência.

A pesquisa da ANP detectou estabilidade nos preços do diesel e do gás de cozinha. O primeiro foi vendido na semana passada por R\$ 6,60 por litro e o segundo, por R\$ 113,24 por botijão de 13 quilos. Os dois produtos também foram reajustados pela Petrobras em março.

O reajuste, que acompanhava a escalada das cotações internacionais após o início da guerra na Ucrânia, levou a uma conturbada troca de comando na Petrobras, com a demissão do general Joaquim Silva e Luna e a nomeação de José Mauro Coelho para seu lugar.

O gás de cozinha, porém, teve pequena redução nas refinarias em abril, movimento que ainda não chegou ao consumidor final, de acordo com os dados divulgados nesta terça-feira (26) pela ANP.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 27 de abril.